

## **Manifesto público de professores e pesquisadores latino-americanistas e caribbeanistas no Brasil, integrantes da ALAS, do CLACSO e da Rede BLAC**

### ***Em apoio ao Prof. Luís Felipe Miguel, Universidade de Brasília, Brasil, e em defesa da liberdade de cátedra na universidade pública!***

Os professores e pesquisadores latino-americanistas e caribbeanistas, integrantes da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e da Rede Brasileira de Pesquisadores Latino-Americanistas e Caribbeanistas (Rede BLAC), a seguir signatários, manifestamos nosso veemente repúdio às ameaças de censura por parte do governo federal e da mídia conservadora no país contra o cientista social e professor titular da UnB, Luís Felipe Miguel, como reação à decisão do mesmo em ministrar a disciplina “*O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*”, no curso de graduação do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, DF-Brasil, no primeiro semestre letivo de 2018.

Norteados pelos valores, princípios e objetivos associativos e solidários que nos unem e nos mobilizam em nossas agendas nacionais e regionais, enfatizamos ser inadmissível o cerceamento da liberdade de reflexão e análise científica na prática docente na Universidade Pública, garantida pela Constituição Federal brasileira de 1988. O enfrentamento dos inúmeros desafios do pensamento crítico sobre a sociedade, a justiça e a democracia na América Latina no século XXI exige o respeito incondicional ao direito de expressão acadêmica e pública.

O cerceamento às práticas acadêmicas representa uma ameaça ao campo das Ciências Sociais como um todo e da Sociologia, em particular. Nossa tradição, espelhada por nossas históricas associações e articulações, nacionais e regionais, é a de promover a defesa da produção universitária e científica fundada nos princípios normativos da igualdade, da liberdade e da justiça social na região. Rechaçamos toda e qualquer iniciativa de censura e repressão do exercício da prática docente que anima o debate de processos políticos, econômicos, sociais e culturais na região, independentemente do caráter polêmico dos temas tratados.

Inspirados também pelos debates relativos ao centenário da *Reforma de Córdoba* em 2018 e à importância de uma agenda de construção de paradigmas alternativos e emancipatórios para a gestão do ensino público superior na região que fortaleçam nossos valores e princípios comuns, enfatizamos a urgência de uma firme resistência contra o autoritarismo que eclode e se capilariza em diversos setores da sociedade brasileira, atingindo frontalmente a universidade pública no país. Entendemos que a destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República, no ano de 2016, está na origem de todas as ações arbitrárias que estão sendo articuladas contra o pensamento acadêmico livre e crítico aqui exemplificado pelas ameaças contra o Professor

Luis Felipe Miguel, da Universidade de Brasília, e também a vários outros colegas professores de universidades públicas, como já temos observado.

Enfim e a propósito, reafirmamos a moção “***Em defesa da educação pública superior no Brasil!***” (aprovada na Assembleia Geral do XXXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia – ALAS, em Montevideu, em 7/12/2017 - anexa), conclamando a coletividade científico-acadêmica da Sociologia e das Ciências Sociais, no Brasil e nos países irmãos latino-americanos e caribenhos, mais amplamente, também para a resistência e a luta contra as políticas de privatização e a favor da garantia de recursos públicos orçamentários e da defesa da liberdade de manifestação.

Brasília-DF, Brasil,  
23 de fevereiro de 2018

### **Dirigentes e ex-dirigentes da ALAS e do CLACSO no Brasil e na América Latina, integrantes da Rede BLAC e simpatizantes**

**Profa. Adélia Miglievich**

UFES - Brasil, integrante da Rede BLAC

**Prof. Alberto Bialakowsky**

UBA - Argentina, ex-presidente da ALAS

**Profa. Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro**

UERJ/Duque de Caxias - Brasil, integrante da Rede BLAC

**Profa. Ana Rivoir**

Universidad de la República - Uruguai, presidente da ALAS

**Prof. André Oda**

UNIFESSPA - Brasil, integrante da Rede BLAC

**Profa. Anete Brito Leal Ivo**

UFBA - Brasil, integrante da Rede BLAC

**Prof. Antonio Carlos Amador Gil**

UFES - Brasil, integrante da Rede BLAC

**Prof. Artur Stamford da Silva**

UFPE – Brasil, integrante da ABraSD e da Rede BLAC

**Prof. Breno Bringel**

IESP/UERJ - Brasil, coordenador do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina - NETSAL/IESP e do GT Investigación Militante do CLACSO, integrante da Rede BLAC

**Profa. Camila Gonçalves De Mario**

UNESP/Franca - Brasil, integrante da Rede BLAC

**Prof. Carlos Alberto Steil**

UFRGS - Brasil, integrante da Rede BLAC

**Prof. Carlos Augusto da Silva Souza**  
UFPA- Brasil, integrante da Rede BLAC

**Prof. Carlos Eduardo Martins**  
IFCS/UFRJ, integrante dos GTs de CLACSO Integração Regional e Unidade Latino-Americana e Caribenha e de Estudos sobre Estados Unidos e da Rede BLAC

**Prof. César Barreira**  
UFC - Brasil, representante do Brasil no CLACSO, ex-presidente da SBS e integrante da Rede BLAC

**Profa. Danilla Aguiar**  
UFRN - Brasil, integrante da Rede BLAC

**Profa. Eliane Veras**  
UFPE - Brasil

**Prof. Emir Sader**  
UERJ, UFRJ - Brasil, ex-presidente da ALAS, ex-secretário executivo do CLACSO e integrante da Rede BLAC

**Profa. Enara Echart Muñoz**  
UNIRIO – Brasil, integrante da Rede BLAC

**Prof. Estevão Rafael Fernandes**  
UFRO, UFMT - Brasil, líder do Laboratório Amazônico de Estudos em América Latina (LabLat/Unir), integrante da Rede BLAC

**Profa. Euzeneia Carlos**  
UFES - Brasil, integrante da Rede BLAC

**Prof. Fabricio Pereira da Silva**  
UNIRIO - Brasil, Universidad de la República – Uruguai, Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique e integrante da Rede BLAC

**Prof. Felipe Kern Moreira**  
FURG – Brasil, integrante da Rede BLAC

**Profa. Flávia Lessa de Barros**  
ELA/UnB - Brasil, representante do Brasil na diretoria da ALAS, integrante do GT Integração Regional e União Latino-Americana e Caribenha do CLACSO e da Rede BLAC

**Prof. Gustavo Lins Ribeiro**  
DAN/UnB, Universidad Autónoma Metropolitana/Lerma – México, ex-presidente da ABA, ex-presidente da ANPOCS e integrante da Rede BLAC

**Profa. Irllys Barreira**  
UFC - Brasil, ex-representante do Brasil na diretoria da ALAS, ex-presidente da SBS e integrante da Rede BLAC

**Prof. Jaime Preciado Coronado**  
Universidad de Guadalajara - México, ex-presidente da ALAS

**Profa. Joana Coutinho**

UFMA – Brasil, integrante da Rede BLAC

**Prof. Joanildo Burity**

FUNDAJ - Brasil, ex-representante do Brasil na diretoria da ALAS e integrante da Rede BLAC

**Prof. Jorge Leite Júnior**

UFSCar – Brasil

**Prof. José Vicente Tavares**

UFRGS - Brasil, ex-presidente da ALAS, ex-presidente da SBS e integrante da Rede BLAC

**Profa. Lília Gonçalves Magalhães Tavoraro**

ELA/UnB - Brasil, integrante do GT Integração Regional e União Latino-Americana e Caribenha do CLACSO e da Rede BLAC

**Profa. Máira Baumgarten**

UFRGS - Brasil, Comitê Editorial da ALAS e integrante da Rede BLAC

**Prof. Marcos Costa Lima**

UFPE - Brasil, ex-presidente da ANPOCS e integrante da Rede BLAC

**Profa. Maria da Luz Alves Ferreira**

UNIMONTES – Brasil, integrante da Rede BLAC

**Profa. Nora Garita**

Universidad de San José - Costa Rica, ex-presidente da ALAS

**Prof. Pablo Gentili**

UERJ - Brasil, secretário executivo do CLACSO e integrante da Rede BLAC

**Profa. Paola Giraldo Herrera**

UNIFESSPA – Brasil, integrante da Rede BLAC

**Prof. Paulo Henrique Martins**

UFPE, UFC - Brasil, ex-presidente da ALAS e integrante da Rede BLAC

**Profa. Priscila Martins Medeiros**

UFSCAR – Brasil, integrante da Rede BLAC

**Prof. Rafael Padula**

UFRJ - Brasil, integrante da Rede BLAC

**Profa. Renata Peixoto de Oliveira**

UNILA - Brasil, integrante da Rede BLAC

**Prof. Ronaldo Santos Silva**

Faculdade UPIS - Brasil, integrante da Rede BLAC

**Profa. Vivian Urquidi**

Gestão de Políticas Públicas da USP- Brasil, integrante da Rede BLAC

**\* Outras assinaturas em curso**



Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

## **MOÇÃO**

### **Em defesa da educação pública superior no Brasil! Assembleia Geral da Associação Latino-Americana de Sociologia - ALAS, Montevidéo, 7 de dezembro de 2017**

Os participantes da Assembleia Geral do XXXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia - ALAS, manifestamos nosso repúdio e conclamamos a coletividade científico-acadêmica da Sociologia e das Ciências Sociais, brasileira e latino-americana, à resistência e ao enfrentamento dos sucessivos e diversos tipos de cerceamentos e ataques à ciência e tecnologia, à arte e à cultura que vimos assistindo no Brasil desde o golpe de Estado em 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente por 54 milhões de brasileiros.

Antes de tudo, expressamos nossa indignação contra os atos jurídicos e policiais no país, sem observância ao devido processo legal do Estado Democrático de Direito, que atingiram dois reitores de universidades públicas federais brasileiras, a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Prof. Luiz Carlos Cancellier de Olivo e Prof. Jaime Arturo Ramirez, os quais foram alvo de condução coercitiva pela Polícia Federal, num flagrante e inadmissível abuso de poder. O primeiro foi preso e martirizado por dias e terminou tragicamente cometendo suicídio face à ultrajante e insuportável exposição a que foi submetido.

Desde o golpe de 2016, além das várias reformas políticas retrógradas que extirpam direitos historicamente conquistados pelo povo brasileiro (como a trabalhista e a da previdência), também os expressivos cortes orçamentários em curso ameaçam e comprometem a qualidade de toda uma rede pública de ensino superior e pesquisa no país, principalmente, nas áreas das Humanidades e das Ciências Sociais.

Em 2016, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal da República aprovaram uma proposta de emenda constitucional que estabelece um limite dos gastos públicos para os próximos 20 anos, de modo que as despesas da União devam obedecer à inflação do ano anterior. Tal mudança significa que, mesmo que o Governo ou as Instituições de Ensino Superior (doravante "IESs"), atinjam por meio de arrecadação direta um orçamento acima da inflação, as IESs públicas só poderão usufruir do montante de recursos compatível com o limite do aumento da inflação, o que certamente acarretará

um enorme desfalque para a educação superior no país. Com a nova legislação, conforme dados da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, o financiamento das IESs públicas no Brasil deve ser significativamente reduzido, acirrando tendências anteriores. Nota-se que em 2013 o total de recursos orçamentários compreendia R\$ 4,2 bilhões, encontrando-se já reduzido a apenas R\$1,45 bilhões no ano de 2017.

Acrescente-se a esse cenário a intensa e contínua campanha na mídia impressa e eletrônica em prol da privatização das IESs públicas no Brasil, sob o argumento de que elas constituem um ônus insustentável para o Estado e favorecem apenas uma pequena elite no país. Algo que pode ser facilmente contestado a partir do levantamento recente da ANDIFES, segundo o qual cerca de 51,42% dos estudantes das IESs públicas brasileiras têm renda bruta familiar de até três salários mínimos.

As perspectivas dos impactos da abordagem neoliberal foram ainda mais agravadas nas últimas semanas com o respaldo de um relatório do Banco Mundial, que recomenda a privatização das IESs públicas no país. Trata-se de reinvestida bastante preocupante de uma instituição financeira que tem como missão salvaguardar o interesse do grande capital internacional, desde sua origem (em concertação com o FMI e outras instituições financeiras multilaterais regionais). A experiência ao longo de décadas tem demonstrado como as estratégias e condicionalidades políticas vinculadas aos programas destas instituições financeiras são estabelecidas em detrimento das condições de vida e de trabalho da população e do desenvolvimento das sociedades, de modo a aprofundar históricas desigualdades, marginalizações e exclusões nos países alvo de suas operações, na América Latina e Caribe, além de outras regiões.

Ao mesmo tempo, impõe-se uma ostensiva propaganda neoliberal antidemocrática, que macula e criminaliza universidades públicas e policia manifestações artísticas e culturais no Brasil. Em diferentes regiões do país, são muitos os execráveis episódios recentes de censura, intervenção, boicote, violência física e simbólica que atingem projetos e atividades acadêmicas, políticas, culturais, artísticas e da imprensa alternativa. Vários são, inclusive, pejorativamente rotulados como “bolivarianistas”, em referência a indesejáveis articulações e agendas comuns em âmbito regional, compreendendo a América Latina e o Caribe.

Tais práticas são desencadeadas e/ou promovidas tanto pelos poderes judiciário, legislativo e executivo (nos níveis nacional e local), como pela mídia hegemônica e movimentos da sociedade civil, que se organizam como base de legitimação e canal de ressonância de interesses de setores políticos conservadores em aliança com o mercado e visam se beneficiar dos diversos desdobramentos do golpe de Estado de 2016.

Além dos referidos episódios que envolveram a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal de Santa Catarina, dentre várias outras universidades públicas no país, em diversos momentos, destacamos ainda, por

exemplo, os ocorridos na Universidade Federal do Pará, na Universidade Federal do Rio de Janeiro; na Universidade de Brasília e na Universidade Federal Universidade da Integração Latino-Americana (tendo sido esta última ameaçada de extinção). Ao mesmo tempo, destacamos a censura que levou ao cancelamento da exposição "*Queer* Museu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira" no Santander Cultural, em Porto Alegre, e no Museu de Arte do Rio de Janeiro; a censura à *performance* do artista Wagner Schwartz no Museu de Arte Moderna de São Paulo; e a censura e agressões à filósofa estadunidense Judith Butler, na ocasião da sua palestra sobre democracia no Teatro do SESC-Pompéia, em São Paulo. Há muitas ocorrências que não alcançaram a mesma visibilidade que as referidas, nem por isso sendo menos graves. Também são inúmeros os ataques e perseguições a movimentos sociais, à imprensa alternativa e a partidos políticos de esquerda, a suas sedes, fundações e institutos.

Assiste-se ao fortalecimento do pensamento conservador e autoritário no Brasil, marcado pela intolerância à pluralidade e à liberdade de expressão, especialmente a partir de movimentos anti-esquerdistas e contra supostas "ideologias de gênero", e que vem se traduzindo de forma extremada, configurando verdadeiros atos de terrorismo.

Causa enorme apreensão o fato de que as instituições no Brasil não estejam sendo capazes de aplacar essas forças disruptivas e destrutivas, abrindo-se um grande flanco para a capilarização do fascismo institucional e societal no país. A cultura política tradicional brasileira - arraigada ao longo de séculos, desde o período colonial - sustenta no seu âmago essas forças reacionárias, renovadas em meio aos cenários e tendências vigentes, e de prontidão para deflagrar a repressão de todos aqueles indivíduos, grupos, movimentos e setores que buscam resistir, se mobilizar e reivindicar a liberdade e a oportunidade de defesa no marco de um Estado democrático de direito.

Nesse contexto, as universidades públicas, potenciais campos de produção e difusão de conhecimento que abrigam a construção do pensamento crítico e combativo, em prol das necessárias profundas transformações estruturais na sociedade brasileira, estão entre os alvos preferenciais de perseguição e cerceamento.

Portanto, e diante dos fatos acima sumarizados, conclamamos a coletividade científico-acadêmica da Sociologia e das Ciências Sociais, no Brasil e nos países irmãos latino-americanos e caribenhos, para a resistência e a luta contra as políticas de privatização e pela garantia de recursos públicos orçamentários, em defesa da liberdade de manifestação de pensamento e do fortalecimento do projeto da universidade pública e autônoma na região, em prol do cumprimento e da ampliação de seu papel social de promoção da justiça, da equidade e da auto-determinação dos povos no nosso continente!